

TEIXEIRA, CESAR PINHEIRO. *A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO EX-BANDIDO: UM ESTUDO SOBRE SUJEIÇÃO CRIMINAL E PENTECOSTALISMO*. RIO DE JANEIRO: 7LETRAS, 2011. 184 P.

*Eduardo Dullo*¹

O trabalho de Cesar Pinheiro Teixeira aborda questões de extrema importância para a vida em sociedade no Brasil atual. No contexto de uma das grandes cidades do país, o Rio de Janeiro, marcado tanto pela desigualdade social quanto pela violência cotidiana, vem à luz um livro que se detém, de maneira cuidadosa e com vigor analítico, em formas de produção da subjetividade criminosa e de seu abandono rumo a uma subjetividade cristã, fruto da conversão religiosa.

Escrito inicialmente como uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o livro foi publicado como um dos volumes da excelente iniciativa editorial do mesmo Programa, a coleção Sociologia e Antropologia. A obra se divide em quatro momentos. Os três primeiros acompanham as narrativas de conversão recolhidas – “entrada e experiência na ‘vida do crime’, conversão e vida após conversão” (p. 27) – e o quarto oferece um fechamento analítico. No primeiro momento, o autor apresenta o cenário no qual se movimenta o “bandido” e discute as maneiras pelas quais aqueles indivíduos se tornaram um; no segundo, vemos a perspectiva dos evangélicos sobre os primeiros; no terceiro, há uma análise da construção de si como “ex-bandido”, já tendo adotado o ponto de vista evangélico; por fim, chega-se a conclusões a respeito dessa relação entre pentecostais e criminosos, desfazendo fronteiras e lançando sugestões interpretativas. Vê-se, assim, uma grande unidade e coerência que se delinea pelos capítulos rumo a uma proposta verdadeiramente analítica e não simplesmente descritiva de fenômenos sociais. Retomarei essa questão ao

¹ Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: edudullo@gmail.com

final da resenha, salientando *o ganho analítico de uma pesquisa que transita entre pontos de vista em relação* e não se submete a um ponto de vista nativo único.

O cenário em que se desenrola a questão colocada por Cesar Teixeira é a periferia das grandes cidades. É ali que o tráfico e a criminalidade se fortalecem e recrutam os seus membros mais visíveis. É ali, também, que cresce exponencialmente a membresia das igrejas evangélicas, sobretudo a das neopentecostais. No dilema de aderir a um ou outro grupo, na produção dessas subjetividades que se querem opostas, é que o autor observou a possibilidade de transição e de mudança social no nível individual.

Embora o autor não caracterize dessa maneira o seu trabalho, penso ser possível dizer que se trata de uma sociologia/antropologia da mudança de vida, num nível, e da transformação da subjetividade, em outro. Esses dois níveis estão, obviamente, entrelaçados. O “ex-bandido” não é, como o autor deixa claro já na introdução (p. 20-21), um “ex-presidiário” ou um “ex-detento”. No caso destes últimos, a condição de “ex-” apenas reforça o estigma social inicial, assinalando a incredulidade na função ressocializadora do encarceramento. Um ex-detento é alguém visto na linha de continuidade com o crime, dificilmente como alguém que o abandonou. Já no caso do ex-bandido, o que se evidencia é o afastamento da condição de criminoso: uma mudança de vida.

A fala nativa que incita essa diferença entre ex-detento e ex-bandido advém da posição dos já convertidos, das próprias narrativas coletadas por Teixeira e das falas dos membros das igrejas evangélicas. É a partir desse ponto de vista que “a conversão religiosa é vista como uma ‘saída’, uma ‘alternativa à vida do crime’” (p. 20). Na violenta periferia, tal como antes operava a oposição entre bandido e trabalhador, estaria agora se fortalecendo a oposição entre “bandido” e “crente”, sendo a Bíblia alçada a certificado e garantia de que se é “gente de bem” frente à ostensiva abordagem policial. O livro se caracteriza, portanto, como uma excelente porta de entrada para uma discussão sobre duas “identidades sociais”: a de “bandido” e a de “crente”.

Não desejando correr os riscos da generalização excessiva, Teixeira termina sua introdução pontuando os limites que seu material empírico oferece: seu trabalho foi, em princípio, etnográfico – no sentido de uma aproximação e de um envolvimento com algumas igrejas na busca pelos convertidos oriundos

do mundo do crime; devido às vicissitudes da pesquisa, à impossibilidade de convivência e à recusa de autorização para permanecer dentro de algumas denominações, seu foco recaiu sobre a Assembleia de Deus e, mais ainda, sobre as narrativas fornecidas a ele pelos convertidos. Assim, seu material – denso e consistente – se organiza em torno de dez narrativas pessoais.

A primeira parte se dedica, portanto, a mostrar a “sujeição criminal”, isto é, a maneira pela qual um determinado contexto social, associado a um regime de verdade, promove e permite a constituição de uma subjetividade específica, a do “bandido”. Como já salientei, “bandido” não é o mesmo que “criminoso”. Tampouco poderá ser assimilado ao “malandro”. Os elementos que Teixeira demarca para fazer a distinção estão atrelados ao uso de armas (de fogo ou não) e de uma violência pujante, diríamos, até, ostentatória. “Enquanto o ‘malandro’ estava munido de habilidades sociais específicas – seja para a conversa, para a música, luta ou dança –, o ‘bandido’ firma sua base identitária no uso da arma de fogo e na ‘disposição para matar’” (p. 37).

O “bandido”, tal como o autor o apresenta, surgiria com a emergência de uma certa configuração do tráfico de drogas, a partir dos anos 1980. Haveria uma “organização social da favela” em que crime organizado, tráfico e violência estão articulados, tornando-se “parte integrante do cotidiano” (p. 42). É no processo em que essa organização se constitui que se pode afirmar a sujeição criminal do “bandido”, pois ao subir na hierarquia de comando – e mesmo para subir na hierarquia – o sujeito precisa cumprir a ordem violenta que recebe. Alguns dos relatos trazidos por Teixeira são cruciais para essa compreensão. O indivíduo pode internalizar, assim, a violência que foi compelido a exercer: como efeito, ele reconhece a si mesmo como naturalmente violento, constituindo-se como “bandido” (p. 43). Contudo, não se trata de um determinismo, mas de observar que “o objetivo consiste em indicar que a maneira pela qual o tráfico se organiza pode produzir impactos bastante relevantes na formação da subjetividade daqueles que dele fazem parte” (p. 49).

Dentro dessas ressalvas, podemos destacar o cuidado em evidenciar as manipulações dessa identidade, como lidavam com o estigma, com a fama, como se viam e se identificavam (ou não) com os “bandidos” e com a violência. A comparação entre diferentes trajetórias de sujeição criminal

também permite evitar o determinismo. A partir de casos distintos, podemos ver que é com a entrada no tráfico e, mais ainda, com os momentos de confronto com as ordens vindas de cima, na hierarquia, que esses indivíduos tiveram de se afirmar “bandidos”, realizar uma inflexão da qual dependia sua sobrevivência (p. 51-60). Para completar esse cenário da sujeição criminal, Teixeira explora as “brincadeiras” do mundo do crime. Elencando, por um lado, as brincadeiras das crianças que simulam os afazeres do tráfico e as punições violentas (tais como “bandido e mocinho”, mas sem o mocinho) e, por outro lado, as brincadeiras feitas pelos bandidos com outros membros, mais fracos e hierarquicamente inferiores, que colocam em risco a vida desses ou os fazem crer que serão mortos, o autor os trata como “exercícios” constitutivos dessa subjetividade, como técnicas de si (*sensu* Foucault).

A abordagem analítica utilizada, da sujeição criminal, diferencia-se das teorias do rótulo, dos desvios, na medida em que reivindica uma conexão entre os dados microssociológicos e os macrossociológicos, não se limitando às interações imediatas (p. 69). Explora-se, assim, seguindo a tese de Michel Misse, *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, a constituição e “acumulação histórica” da violência na categorização social de determinados segmentos, seja no “malandro”, seja no “bandido”. Uma das conclusões é a de que “a sujeição criminal é, portanto, um poderoso dispositivo de criminalização da pobreza já que é capaz de, a partir de indivíduos que vivem em contextos de pobreza, construir sujeitos criminais” (p. 71). O “bandido” como sujeito criminal não se limita ao ato criminoso, à prática, mas articula essa prática como a evidência de que reside, ali, uma subjetividade específica, sustentada pelo rótulo social do desvio (p. 72).

O leitor terá compreendido, então, a ideia de que um sujeito se constitui – sempre – a partir de e em relação com um determinado regime de verdade que o promove e permite. No caso analisado por Teixeira, essa *démarche* Foucaultiana mostrará o deslocamento de um indivíduo por dois regimes de verdade historicamente sedimentados na sociedade brasileira: o da sujeição criminal, como vimos acima, e o do cristianismo, especialmente em sua vertente mais recente do pentecostalismo. Não há, portanto, um *fora* das relações de poder, nem um lugar em que os indivíduos possam se (auto)produzir livremente,

autonomamente. É sempre no entrelaçamento dessas relações, na conversão de um regime a outro, que veremos o sujeito sendo (auto)formado.

O segundo momento do livro se detém na compreensão acerca do “bandido” a partir do ponto de vista dos religiosos evangélicos, articulado, sobretudo, na compreensão da “batalha espiritual” (p. 87). A partir de um caso exemplar (p. 77-79), ele mostra como a conversão ao pentecostalismo – e, caberia assinalar, não se trata de qualquer conversão – aparece como *a única saída possível do mundo do crime*. Isso ocorreria pelo fato de os “bandidos” também aceitarem a superioridade moral dos “crentes”, por assumirem a divisão entre “Bem” e “Mal” e se compreenderem como distantes do caminho correto.

Ao apresentarem o mundo como povoado pelas duas forças antagônicas, os adeptos da batalha espiritual veem-se como “exército” de Deus e os “bandidos” como pessoas sendo usadas pelo Diabo. É central em sua argumentação que o fato de serem usados pelo Diabo não os exime da culpa: os sujeitos permanecem atrelados a um universo ético, alguns pastores enfatizando a necessidade de que o criminoso resolva sua pendência com a justiça para que possa prosseguir no caminho cristão. Muitos dos convertidos também apresentaram essa inflexão em suas narrativas, mostrando que há movimentos complexos que precisam ser observados ao se lidar com a retórica da batalha espiritual, comumente livrando o sujeito de qualquer responsabilidade (p. 89-95).

Ao entrar com os missionários na favela, Teixeira descreve as ações de um indivíduo sem medo, capaz de – com sua vestimenta característica e portando a Bíblia – olhar nos olhos de traficantes e levar a palavra de Deus. Porém, ele mesmo ressalta que é possível que tenha havido exagero nessa cena, na medida em que o missionário desejava apresentar-se como poderoso também para o pesquisador. Assim, o que fica claro é que seria preciso um trabalho de campo mais extenso e intenso no meio das favelas, acompanhando essas investidas missionárias, para podermos analisar a contento. Outra ressalva a ser feita diz respeito ao fato de Teixeira assumir que os bandidos aceitam a posição dos religiosos. Talvez isso pareça o caso quando se observa a narrativa de convertidos, mas será que isso se concretiza como generalidade? Um dos grandes méritos do livro é o de instigar no leitor questionamentos e dúvidas e não o de ser uma obra fechada que tudo abarca.

O terceiro momento do livro é a análise propriamente dita das narrativas de conversão. A análise do “processo de conversão” segue o caminho aberto por Patrícia Birman no artigo *Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens*, publicado pela Revista Religião e Sociedade. Seguindo a sugestão de Birman de que a conversão é o ápice do processo, e não seu início, o autor questiona: em que momento começa o processo, do ponto de vista do já convertido? É aqui que podemos identificar uma distinção teórico-metodológica importante. Ao invés de se perguntar se a conversão é “autêntica” ou “sincera”, se o convertido não estaria “na verdade” se escondendo atrás da Bíblia para se proteger ou se é mais uma das estratégias, táticas e formas de manipulação da identidade social, ou seja, ao invés de descrever o indivíduo e explicar as suas (falsas) crenças, a análise de Teixeira observa a maneira como ele se recupera nesse processo, como ele “presta contas de si mesmo”, para remeter ao título de um livro de Judith Butler (*Giving an Account of Oneself*).

Faço essa menção ao livro de Butler – apesar de não utilizado pelo autor – para chamar a atenção para um aspecto que julgo importante. Considero que um dos pontos que Butler sustenta pode nos ajudar aqui – o de que não é possível a um Eu narrar o que o tornou um Eu, isto é, o de que há limites para essa narrativa na medida em que um sujeito só passa a se reconhecer como tal na medida em que é endereçado por outrem e por um regime de verdade que o constitui. Tanto no caso da sujeição criminal dos primeiros capítulos quanto nos processos de conversão evangélica, as narrativas são marcadas pela tentativa de escapar desses endereçamentos feitos por outrem e que são constitutivos das subjetividades: em um caso, ao se verem obrigados a tomar uma atitude, passando então a internalizar a violência; no outro caso as narrativas marcam a tentativa de permanecer ignorante das pregações, evitar o contato com os evangélicos e missionários, e é a palavra que endereça uma “profecia” ou afirma a sua possibilidade de abandonar o Mal e abraçar o Bem, isto é, é no momento em que o “bandido” “toma consciência” da escolha (p. 118) que a ruptura se instaura e começa o processo que culminará na conversão. Assim, as formulações teóricas de Butler, na medida em que se apoiam, tal como Teixeira, nos últimos trabalhos de Foucault, mostram um caminho salutar e renovador para as

análises, desviando-se da pesquisa como instrumento de autenticação da fé do nativo. A sua análise é explicitada teoricamente ao apresentar *A conversão como processo* (p. 133-138), momento em que ele demonstra a importância de nos atermos às práticas, mais que às crenças dos nativos. O impacto causado pela prática da *escuta* e pelo uso da *palavra* – como no caso dos testemunhos – recebe a devida atenção:

O testemunho, dessa forma, é ao mesmo tempo um exemplo para os outros e uma forma de medir a subjetivação do discurso verdadeiro: é através dele que André prova para si mesmo, prova para o pastor e para os irmãos que ele estava mudando. É através do testemunho que o indivíduo pode, simultaneamente, objetivar-se no discurso verdadeiro (para os que lhe escutam) e subjetivar o próprio discurso (p. 137).

Há, certamente, muito mais no livro de Cesar Teixeira, mas que deixarei para o leitor descobrir sozinho. Antes de finalizar esta resenha, pretendo retomar um ponto mencionado no início: a importância para a análise social de não se limitar a um único (coletivo, grupamento, ponto de vista etc.) nativo. Toda a discussão empreendida pelo autor só se tornou possível por ele ter recusado a mera descrição etnográfica, seja ela densa ou não. Ele não manteve, como horizonte, a descrição ou a compreensão de um ponto de vista nativo, mas avançou na pluralidade de pontos de vista nativos, pontos de vista que estão continuamente, etnograficamente, em relação. É a relação entre eles que é relevante aqui e é essa retomada da ideia de processo e, poderíamos até dizer, de situação social, que garante o sucesso. É bastante óbvio que isso se torna mais fácil na medida em que o próprio nativo realiza a transição entre os pontos de vista, mas uma discussão possível – e que Teixeira não realiza – perderia o foco de explicação do aspecto social e centraria seus esforços em enaltecer ou desmentir a fala nativa. Teixeira, por sua vez, demonstra com clareza como a transição do indivíduo por dois regimes de verdade nos permite compreender como se dá tanto a sujeição criminal quanto a sujeição evangélica. Manter sob controle, para fins heurísticos, a troca de perspectivas – já dizia Nietzsche na *Genealogia da Moral* (3ª. Dissertação, §12): “Devemos afinal, como homens do conhecimento,

ser gratos a tais resolutas inversões das perspectivas e valorações costumeiras [...]: ver assim diferente, *querer* ver assim diferente, é uma grande disciplina e preparação do intelecto para a sua futura ‘objetividade’ – a qual não é entendida como ‘observação desinteressada’ (um absurdo sem sentido), mas como a faculdade de ter seu pró e seu contra *sob controle* e deles poder dispor: de modo a saber utilizar em prol do conhecimento a *diversidade* de perspectivas e interpretações afetivas”.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Patrícia. Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. *Religião e Sociedade*, v. 17, n. 1/2, 1996.

BUTLER, Judith. *Giving an account of oneself*. New York: Fordham University Press, 2005.

MISSE, Michel. 1999. *Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.